



“DENTRO DA FACULDADE SOMOS VISTOS COMO INFERIORES POR TERMOS ENTRADOS POR COTAS”: RELATO DE JOVENS NEGRAS QUILOMBOLAS DOS CAMPI VI E XII DA UNEB

Taís Gabriela de Souza Fogaça (UNEB)¹
Domingos Rodrigues da Trindade (UNEB)²

Resumo: Este trabalho é parte da sistematização do subprojeto intitulado “Trajetórias de jovens mulheres negras que estudam nos campi VI e XII da UNEB: do quilombo a universidade” que está vinculado ao projeto de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O estudo objetivou analisar as trajetórias dessas jovens mulheres do quilombo à universidade. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e trilhou-se um caminho metodológico com os seguintes instrumentos de pesquisa: levantamento bibliográfico em sites acadêmicos, livros, revistas, artigos, teses; e entrevista estruturada com sete alunas do campus XII e duas do campus VI da UNEB. Os dados apontam que as trajetórias das jovens negras quilombolas na universidade são marcadas por dificuldades encontradas no acesso e na permanência no ensino superior, como a falta de recursos financeiros; precariedade no ensino básico; dificuldades no estudo; falta de reforço escolar; altas jornadas de trabalho, assim como, a falta de políticas públicas que atendam todas as demandas desse segmento social. Desse modo, é necessário revisar as políticas públicas para essa população, para que seus anseios sejam levados em consideração, principalmente no que tange ao retorno dessas jovens ao quilombo para que possam contribuir de forma efetiva em suas comunidades.

Palavras-chave: Jovens mulheres negras. Quilombo. Universidade.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de iniciação científica intitulada Trajetórias de jovens mulheres negras quilombolas que estudam nos campi VI e XII da UNEB: do quilombo a universidade. Este estudo está vinculado a um projeto maior de pesquisa, intitulado “Retratos da juventude camponesa do Território de Identidade Sertão Produtivo: análise de uma pesquisa territorial.” Neste texto apresentaremos reflexões acerca da trajetória de jovens mulheres negras quilombolas no contexto da universidade, seus desafios para ingressar e permanecer na universidade.

Juventudes: da unidade à diversidade do conceito

A juventude vem ganhando visibilidade nos últimos anos, nesse sentido, inúmeros autores discutem diferentes concepções acerca do protagonismo juvenil. Assim o seu conceito envolve uma extensa multiplicidade de significados, tornando irrelevante delimitá-lo a uma

¹ Graduanda de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: tais.gabrielacba36@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Professor do Departamento de Educação, Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB). E-mail: dtrindade@uneb.br

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



única definição consensual. Pais (1990) ao discutir juventude, afirma que se deve olhar para a juventude saindo do campo semântico da unidade para a diversidade, não olhando apenas para a fase de vida definida por termos etários, mas também para os atributos sociais que os diferenciam, constituídos pelo lugar onde moram, cultura, religião, classe social, gênero, família, amigos, dentre outros aspectos.

De acordo com o Censo demográfico (IBGE, 2010) foram contabilizados aproximadamente 24 milhões de jovens com faixa etária entre 18 e 24 anos, com proporção de 54% de pardos e pretos, sendo superior a de brancos 43%. Quando se refere ao ensino superior apenas 19% desses jovens frequentam ou já concluíram o curso.

Segundo Abramo, (2005), foi somente a partir de meados de 1990, que os jovens passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, com necessidades próprias e demandas singulares. Com isso, a juventude começou a ganhar visibilidade, principalmente no que tange a políticas públicas, contribuindo para a construção da identidade juvenil. A partir dessa mesma década, com as constantes reivindicações do Movimento Negro, foi implantado políticas de ações afirmativas, visando o acesso da população negra, indígena e egressos de escola pública ao ensino superior. Diante disso, o ensino superior ganhou outro perfil de estudantes, que até então, eram excluídos das universidades.

No ano de 2012 foi aprovada a Lei de Cotas, Lei 12.711/2012 que prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, representando um avanço significativo, pois as ações afirmativas buscam garantir a igualdade de direito e a minimização das desigualdades raciais existentes no ensino superior.

Ao analisar a história do Brasil, pode-se perceber que os direitos da população negra por muito tempo foram negados, foram muitas as lutas, principalmente por parte do Movimento Negro, que teve papel fundamental para que o Quilombo fosse introduzido na Constituição Federal de 1988. O autor Marques (2009, p.345) afirma que a ressignificação do termo quilombo “possibilitou aos grupos que se autodenominam como remanescente de quilombo ou quilombola uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direitos”. Esse cenário de participação política foi e é de extrema importância para o processo de construção identitária, como na elaboração e efetivação de políticas públicas que visem atender os anseios dessas comunidades, que vem há muito tempo lutando para garantir que seus direitos não sejam usurpados pelo poder público.

Os quilombos foram importantes mecanismos de luta e resistência para dar fim ao sistema escravista, através de muitas lutas seus direitos começaram a ser efetivados pelo poder público, mas é somente com a universalização do ensino superior que jovens quilombolas começaram a ocupar espaços como a universidade, mesmo sendo uma ação ainda pouco visível tem contribuído para o fortalecimento da juventude negra quilombola. Nesse aspecto a Universidade do Estado da Bahia em 2018 com a resolução 1.139/2018 ampliaram o sistema de cotas, com sobrevagas para quilombolas; dentre outros. Essa resolução corroborou para que jovens quilombolas adentrassem ao ensino superior.

Apesar de muitas universidades terem aderido ao sistema de cotas em seus vestibulares no decorrer dos anos, ampliando dessa forma o acesso da população negra no ensino superior, pode-se perceber através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) analisados pelo IPEA (2016) que o acesso dos negros ao ensino superior cresceu nos últimos anos, mas ainda continua sendo minoria em relação ao percentual de brancos. Entre os brancos, 28,1% haviam alcançado o ensino superior, contra 11,1 % entre os pardos e 10,0 % entre os negros e apenas 5,2 % entre os indígenas.

Trilhas metodológicas

Para responder as questões e objetivos propostos, além de aprofundar os conceitos que estão presentes no estudo, recorreremos a uma abordagem qualitativa, utilizando como técnicas/instrumentos de pesquisa: levantamento bibliográfico e entrevista com jovens estudantes negras quilombolas da UNEB de Caetitê e de Guanambi. Utilizamos um roteiro de entrevista estruturada, com 13 questões abertas na qual as participantes responderam por e-mail. Acerca da entrevista Biklen e Bogdan (1994, p.134) salientam que “a entrevista é utilizada para recolher os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Por meio da entrevista o pesquisador consegue ter um contato maior com o entrevistado, e a partir disso compreende e interpreta o seu objeto de pesquisa de forma mais clara, podendo levantar muitos dados a partir das falas dos entrevistados.

Em primeiro momento realizamos uma pesquisa no campus XII da Universidade do Estado da Bahia para saber a quantidade de remanescentes de quilombo que entraram na no ano de 2019 após aprovação da resolução 1.139/2018/CONSU. Obtivemos 14 estudantes, sendo 02 do curso de administração, 02 educação física, 03 enfermagem e 07 do curso de pedagogia. Deste total, apenas 01 do sexo masculino. 07 das jovens aceitaram participar da

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



pesquisa. No campus VI não foi possível fazer uma pesquisa detalhada por conta do tempo, entramos em contato com a Universidade para saber a quantidade de alunos remanescentes de quilombo que haviam entrado no campus no ano de 2019 por cotas, sendo contabilizados 07 estudantes, sendo 02 do curso de geografia, 02 história, 02 letras/português, 01 em letras /inglês. Devido à greve só conseguimos entrar em contato com 02 jovens do campus VI.

Resultados e discussão

Após a análise dos dados coletados foi possível notar que ser jovem em uma comunidade quilombola, é sinônimo de pertencimento, de resistência, cultura. P3 destaca que é “ter sempre a consciência de que a união faz a força, que somos quilombolas, temos que resistir, ainda mais diante da atual conjuntura política que estamos vivenciando”. Pode-se perceber através das falas das entrevistadas que ser jovem em uma comunidade quilombola é buscar saber dos seus direitos e lutar por eles, é participar de projetos sociais voltados para os quilombolas, tentando levar melhorias e informações para suas comunidades, que precisam do apoio e do envolvimento de jovens que se engajem nessa luta quilombola. Mas é também sinônimo de desafios, de falta de oportunidade, de descaso por parte do poder público, que muitas vezes não dar o devido apoio que lhes é de direito, para construir um futuro melhor, com maiores oportunidades.

A trajetória das jovens mulheres negras quilombolas são bem parecidas no que tange ao ingresso e permanência no ensino superior. Dentre os apontamentos explorados, destacam-se os maiores desafios encontrados pelas participantes para permanecerem no curso, se remetendo principalmente a dificuldade financeira, preconceito racial, deslocamento de suas comunidades para poderem estudar, falta de políticas públicas que visem o seu retorno à comunidade de origem. Além disso, as participantes P4, P5, P7 ressaltaram que é um grande desafio conciliar o trabalho e os estudos.

De acordo com os dados do IPEA (2016) no Brasil, 58,8% dos jovens universitários de até 24 anos trabalham, com ou sem remuneração, e mais da metade (58,5%) trabalham por mais de vinte horas semanais. Outros 15,1% têm jornadas de trabalho maiores que quarenta horas, o que é muito difícil de conciliar com um curso de graduação. Com isso, pode-se perceber que para muitos jovens conciliar os estudos e o trabalho não é tarefa fácil, principalmente quando se estuda e trabalha em cidades diferentes, como é o caso de algumas participantes.

IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



No que se referem a políticas públicas as participantes ressaltam que os governantes não têm investido em políticas que visem à melhoria desse segmento social, faltando muitas ações efetivas que de fato venham a contribuir de forma significativa para a população negra. Acerca disso Cupertino (2012) destaca que as políticas públicas específicas têm tentado reverter toda opressão, exploração e exclusão que os negros foram submetidos ao longo dos anos, mas que as ações existentes não são suficientes para diminuir, a vulnerabilidade relacionada a toda situação de exclusão e racismo sofrida pelos negros nos últimos séculos. Nota-se que apesar de existirem ações voltadas para a população negra, estas ainda não são suficientes para atender toda a demanda e especificidades que a população negra necessita e que lhes é de direito. Além disso, muitas dizem sofrer preconceito na universidade como ressalta (P2) “Dentro da faculdade somos vistos como inferiores por termos entrados por cotas e acaba gerando certa segregação” (P2, 2019). Mesmo estando em um ambiente com uma diversidade plural, que tem como intuito a valorização de todas as classes e culturas, respeitando e promovendo a igualdade de direitos, muitos negros ainda são vítimas de preconceito racial.

Para o IPEA (2009) as iniciativas de promover acesso ao ensino superior tem se destacado com avanços significativos ao que se refere ao combate às desigualdades raciais e à ampliação de oportunidades sociais. As cotas têm sido um poderoso instrumento de inclusão, pois é uma forma de compensar e reparar toda opressão e violação de direitos historicamente sofridos pelos negros, mas as mesmas ainda não têm sido suficiente para acabar com toda forma de racismo e preconceito sofridos pela população negra, que ainda se sentem excluídas, mesmo estando em espaços como a Universidade.

Quando perguntado se a universidade contribui para a permanência no curso, as participantes disseram que sim, pois existe a política de assistência estudantil, além de projetos de extensão, iniciação científica, monitorias de ensino, dentre outros. De acordo com o portal da UNEB a Assistência estudantil é uma política institucional que agrega diferentes ações para consolidar a permanência do estudante da graduação até o final do curso. No entanto, P5 ressalta “que essas bolsas, necessitam de ajustes e ampliação para que possam abranger a todos”. Todavia, muitos estudantes quando ingressam no 1º semestre sentem dificuldades em relação à permanência, por não conseguirem assistência estudantil de imediato. Mas é válido ressaltar que por mais que a Assistência Estudantil não consiga atender a toda a demanda, ela tem sido um importante mecanismo para a permanência de jovens com baixa renda no ensino superior.

A falta de políticas públicas inviabiliza a permanência dos jovens nas comunidades e a realização de um futuro promissor com maiores oportunidades que muitos têm buscado. Tanto o acesso às informações como a realização profissional que muitos jovens buscam estão longe de serem realizados com a escassez de políticas públicas que visem o retorno desses jovens as suas comunidades, impedindo que os projetos futuros destes estejam voltados para atuar em suas áreas nas próprias comunidades.

Considerações finais

Dentre os apontamentos explorados neste artigo, destacamos que foi possível perceber através das respostas das entrevistadas que as trajetórias das jovens negras quilombolas apresentam as mesmas dificuldades para ingressar e permanecer no ensino superior, sendo explícito que a falta de recursos financeiros dificultou o acesso e tem dificultado a permanência destas jovens no ensino superior. Muitas vezes têm que se desdobrarem para conseguir conciliar a jornada de trabalho com a universidade, sendo uma tarefa árdua que demanda muita força de vontade para não desistir diante dos obstáculos enfrentados. Além disso, foi possível notar que a falta de políticas públicas que visem à permanência dos jovens nas comunidades quilombolas contribuem para que os mesmos busquem melhores condições de vida fora de suas comunidades, por não verem ali oportunidades que favoreçam o seu crescimento profissional.

Diante das considerações destacadas neste trabalho, faz-se necessário rever as políticas públicas para os jovens das comunidades remanescentes de quilombos, pois apesar delas, ainda não tem sido suficiente para suprir todas as demandas e especificidades desse povo que tem lutado para alcançar o que lhes é de direito. É preciso que o poder público repense e analise as reais necessidades dos jovens quilombolas, visando o seu acesso ao ensino superior e também a sua permanência nas suas comunidades, para assim levar o conhecimento adquirido na universidade para o seu povo e contribuir transformando a realidade.

Referências

ABRAMO, Helena, Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: **Ação Educativa**, 2005. (p.19-39).

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

CUPERTINO, Maria Cristina. Juventude rural quilombola: Identificação, reconhecimento e políticas públicas. Minas Gerais-UFV, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2012.



IV SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E III SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS



IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: Out. de 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministério do planejamento: dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministério do planejamento: juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

MARQUES, C. E. De quilombos a quilombolas: sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**. São Paulo. USP, v.52, n.1, p.339-367, 2009.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise Social*. v. XXV (105-106), 1990-1º e 2º (p.139-165).